

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO DEVEM “TER CONSEQUÊNCIAS”



À margem da apresentação dos candidatos do PSD às 13 Câmaras Municipais do distrito de Setúbal, Rui Rio reafirmou que as investigações judiciais recentes não podem ficar pela “dimensão mediática”



pág. 5

PARLAMENTO

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA FOI “UMA DESILUSÃO”

Para a coordenadora do PSD na Comissão de Assuntos Europeus, Isabel Meirelles, “os resultados ficaram muito aquém das expetativas criadas pelo próprio Governo português”



pág. 9

LOCAIS

CONSTRUÇÃO DE CENTRO ONCOLÓGICO DE VISEU É UM “MISTÉRIO”

Os deputados sociais-democratas eleitos pelo círculo de Viseu consideram que há um “mistério” à volta do centro oncológico de Viseu, tendo em conta o silêncio da ministra da Saúde



pág. 10

REGIONAIS

REDUÇÃO DE IMPOSTOS E TARIFA AÇORES “NÃO TERIAM ACONTECIDO” COM O PS

José Manuel Bolieiro, líder do PSD/Açores, entende que estas duas medidas, executadas pelo Governo Regional, revelam uma “diferença” entre a atual governação e a anterior



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

ERRO

Na década de 1990, garantiam-nos que a banca portuguesa era um setor competitivo e sólido da economia. Todavia, as crises financeiras das dotcom, em 2001, e do subprime, em 2008, provocaram abalos tremendos na economia nacional e rapidamente se constatou que a banca, afinal, assentava em areias movediças. Um mito que caiu por terra.

Os Estados e as instituições europeias tiveram de tomar medidas drásticas para conter o contágio sistémico de um setor frágil, que mascarou, durante anos a fio, as suas próprias debilidades internas. Em 2013, promoveu-se a união bancária, para aumentar a confiança no sistema financeiro e minimizar os riscos de falência das instituições, que punham em causa os depósitos das famílias e os lucros acumulados pelas empresas. Os bancos foram, então, sujeitos a regras exigentes para garantirem que estariam aptos a enfrentar novas tempestades financeiras. A economia real e as finanças públicas não podiam dar-se ao luxo de correr mais riscos.

Em Portugal, a derrocada do BPN, BPP, Banif e Banco Espírito Santo expuseram um sistema de decisores ruinosos, comandados por gestores sem escrúpulos, sem ética empresarial, e manipulados por governantes criminosos e irresponsáveis. O colapso daquelas instituições sobrou para os contribuintes, que suportaram, primeiro, os prejuízos, mais tarde, os custos da reestruturação.

Os bancos conseguiram em parte livrar-se dos ativos tóxicos, mas não dos seus arquitetos funestos. Num sistema bancário doméstico tão exíguo e limitado, era comum os administradores transitarem de um banco para o outro. Uma autêntica dança de cadeiras entre administradores da Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP, Santander, Novo Banco e Montepio.

Vítor Fernandes, que foi administrador do Novo Banco, foi o nome escolhido pelo Governo para presidir ao Banco Português de Fomento (BPF). A operação "Cartão Vermelho" veio lançar suspeição sobre o envolvimento do administrador em negócios que a justiça quer agora passar a pente fino. Não obstante o princípio da presunção de inocência, Vítor Fernandes já não se livra do princípio da desconfiança que o envolve. Não é arguido, mas corre o risco de ser arrastado pela lama de negócios postos a nu neste verão judicial, um dos mais quentes de sempre.

O Banco de Portugal (BdP) deu luz verde para Vítor Fernandes ser o presidente não-executivo do BPF, mas aguarda autorização da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública. A famigerada CReSAP já avisou que não tem como impedir a consumação da decisão, uma vez que o parecer que vier a dar não tem caráter vinculativo.

A entidade reguladora do setor, que desde há muito se tem revelado uma espécie de zombie no quadro dos seus poderes, vem assegurar que a idoneidade de Vítor Fernandes "será devidamente ponderada". Normalmente, o BdP, que é lesto a atualizar a lista negra da situação bancária de cada português – consumidores que falharam pagamentos – parece ter imensas dificuldades para aferir se um quadro de topo tem o perfil para administrar os fundos europeus.

Pedro Siza Vieira, ministro da Economia, afirmava, em fevereiro último, no Parlamento: "o Dr. Vítor Fernandes tem uma carreira inteira na banca". Como se esta afirmação, por si só, fosse um aval de credibilidade ou uma garantia dos méritos do chairman que o Governo escolheu, por razões de fidelidade e de confiança política. Mas manifestamente parece que já não há condições para ser confirmada.

O Banco de Fomento corre o risco de ser um case study mundial. Elege o Conselho de Administração, mas o chairman permanece em suspenso, pelo embaraço dos factos e das decisões ainda por escrutinar do escolhido. Prosseguir com esta nomeação, significa escamotear o que, aos olhos de todos, é um erro. Mas o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita.

RUI RIO EM SETÚBAL

"JUSTIÇA ESTÁ A ATUAR. OS CASOS DE BARRAGENS E O CURSO DEVEM SER LEVADOS ATÉ AO FIM, ATÉ AO JULGAMENTO SE FOR CASO DISSO, E QUE NÃO SE FIQUE APENAS PELA PARTE MEDIÁTICA", ACRESCENTOU.

Rui Rio reconhece que as ações judiciais relacionadas tanto com as barragens da EDP como com a detenção do presidente do Benfica demonstram que a justiça está a atuar, mas espera que não se fique pela dimensão mediática. "Como sabem eu sou muito crítico da Justiça, mas, quando a Justiça atua tenho de dizer exatamente o contrário, que estão a atuar bem", afirmou.

À margem da apresentação dos candidatos do PSD às 13 Câmaras Municipais do distrito de Setúbal, dia 7 de julho, Rui Rio referiu que pretende que estes casos tenham "consequências e que não sejam apenas notícias de buscas, que depois não tenham mais nada e morram pelo caminho". "Espero que sejam levadas até ao fim, até ao julgamento se for caso disso, e que não se fique apenas pela parte mediática", acrescentou.

O Presidente do PSD começou por salientar a importância do trabalho desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito às perdas registadas pelo Novo Banco e imputadas ao Fundo de Resolução, presidida por Fernando Negrão (candidato do PSD nas eleições autárquicas em Setúbal), não permitiu esclarecer tudo, mas "trouxo alguns esclarecimentos adicionais". "A avaliação política que eu posso fazer é que aquilo que nós temos vindo a levantar na Assembleia da República, seja no caso do negócio da venda das barragens por parte da EDP, que também teve uma ação judicial esta semana, seja no caso de Joe Berardo, seja agora no caso de Luís Filipe Vieira, tudo isto tem também, naturalmente, a ver com aquilo que é a ação que o Parlamento tem desenvolvido em torno destes casos", disse.

Na intervenção que proferiu em Setúbal, na apresentação de candidatos no distrito, Rui Rio elogiou "a grandeza do PSD", que "está, em primeiro lugar, nos 13.150 autarcas eleitos" há quatro anos. O líder do PSD considera que em 2021 a votação do PSD será positiva. "Tenho orgulho que o nosso partido esteja mobilizado em torno das eleições, que são muito importantes para o país", destacou

Rui Rio mostrou-se convicto de que a candidatura do PSD em Setúbal, liderada por Fernando Negrão, pode ser uma oportunidade para o PSD conquistar a primeira Câmara Municipal no distrito de Setúbal.

"PS SUBIU FORTEMENTE OS IMPOSTOS SOBRE OS COMBUSTÍVEIS"

Rui Rio acusou ainda o Governo de ser responsável pela subida dos preços dos combustíveis. "Temos dos preços mais altos dos combustíveis à escala europeia. O PS, quando chegou ao poder, subiu fortemente os impostos sobre combustíveis", apontou.

Rui Rio lamenta também a falta de apoios do Governo para mitigar os efeitos da pandemia, por causa do estrangulamento da dívida. "Há países sem juízo, como seja Portugal, que vai acumulando governações do PS, que agravam permanentemente a dívida pública", declarou.



A ATUAR”, MAS OS PROCESSOS EM TER CONSEQUÊNCIAS”



RUI RIO

PROJETO DE REVISÃO DO CONSTITUCIONAL “É UMA REFORMA E NÃO UMA REVOLUÇÃO”

Rui Rio apresentou, na sexta-feira, 9 de julho, em Coimbra, as “linhas de força” do projeto de revisão constitucional do PSD e que acompanha e fortalece outra iniciativa legislativa desenvolvida pelo partido, em setembro de 2020, o projeto de lei referente à deslocalização para Coimbra da sede do Supremo Tribunal Administrativo (STA) e do Tribunal Constitucional (TC). Rui Rio sublinhou que o projeto final de revisão constitucional só dará entrada no Parlamento após a realização das eleições autárquicas, razão pela qual não inclui, para já, qualquer medida destinada ao poder local.

Rui Rio reafirma que o projeto é uma “reforma e não uma revolução” e visa “encurtar e modernizar” a atual lei fundamental. “Uma coisa mais violenta só se eu quisesse fazer uma revolução. Eu não quero fazer revolução nenhuma, quero fazer uma reforma”, referiu.

Para o Presidente do PSD, o texto constitucional em vigor está ainda muito marcado na sua terminologia pelo período pós-revolucionário que se vivia em Portugal, aquando da elaboração do seu texto inicial. “Mais forte do que aquilo que estamos aqui a prever, já seria forte de mais, porque propomos uma data de aspetos verdadeiramente estruturantes e verdadeiramente estruturantes da própria Constituição. (...) Queremos é, dentro daquilo que está, fazer as alterações que a prática nos tem demonstrado e a evolução nos tempos nos tem demonstrado que é necessário fazer”, argumentou.

O projeto de revisão do PSD incide sobre os vários domínios da vida nacional: princípios fundamentais, direitos fundamentais, organização económica, organização política, órgãos de soberania (Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais, incluindo o Tribunal Constitucional), Regiões Autónomas, Administração Pública, Defesa Nacional, os limites materiais da própria Revisão Constitucional e aspetos de natureza geral.



PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA FOI “UMA DESILUSÃO”

Isabel Meirelles considera que a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia “foi uma desilusão”. Para a coordenadora do PSD na Comissão de Assuntos Europeus, “os resultados ficaram muito aquém das expectativas criadas pelo próprio Governo português”. Aliado a isso, adianta a deputada, o exemplo que a Presidência portuguesa deu à Europa e ao mundo foi “o triste espetáculo do processo de escolha do Procurador Europeu proposto por Portugal, um episódio infeliz que se veio juntar ao caso do cidadão ucraniano que foi morto enquanto estava sob a tutela do Estado português e ao péssimo exemplo no modo como foram tratados os imigrantes de Odemira”.

Com a Comissária Elisa Ferreira a alertar para o atraso estrutural português e para o desperdício de sucessivos quadros comunitários, Isabel Meirelles frisa que com a bazuca à vista, “Portugal corre o risco de desbaratar mais dinheiro dos contribuintes europeus”, tal como fez durante Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

De acordo com a social-democrata, a Presidência Portuguesa foi um “banquete” para um Governo que “perdeu a total noção da realidade”. “Até a ministra da Agricultura participou neste festival de exibicionismo e de gastos: foram 211 mil euros de festança, para um só dia da Reunião do Conselho da União de Agricultura. O catering para um almoço, um jantar, um concerto privado com uma fadista”.

Crítica dos “gastos supérfluos e incompreensíveis”, Isabel Meirelles lamentou que depois de seis meses muito próximo de Bruxelas, o Governo esteja “cada vez mais distante de Portugal e dos portugueses”.



DUARTE PACHECO

GOVERNO DEVE IDENTIFICAR PERSONALIDADE “IDÓNEA” PARA O BANCO DE FOMENTO



O PSD apela ao Governo para que tenha “bom senso”, coloque o interesse nacional acima da “lealdade partidária” e nomeie uma personalidade “idónea” para liderar o Banco Português de Fomento. “Esperemos que o Governo tenha bom senso e o bom senso não é congelar [a nomeação], o bom senso é reconhecer que o interesse nacional se sobrepõe à lealdade partidária e que, portanto, o Governo identificará outra personalidade, idónea, para poder gerir o Banco de Fomento”, defendeu o deputado Duarte Pacheco.

Duarte Pacheco considera que Vítor Fernandes “não tem condições” para esta função por ter integrado administrações da Caixa Geral de Depósitos (CGD) e do BCP que “lesaram o Estado em muitos milhões de euros”. “O PS costuma ser muito fiel aos seus companheiros de partido, aos seus ‘compagnons de route’, e por isso não nos surpreendeu essa indicação”, referiu.

Duarte Pacheco sublinha que Vítor Fernandes foi “alguém que esteve na administração famosa da CGD de Carlos Santos Ferreira e Armando Vara que lesou a Caixa em muitos milhões de euros e que concedeu, por exemplo, créditos a Joe Berardo”. “Depois participou com o dr. Armando Vara e o Dr. Santos Ferreira no processo de assalto ao BCP, praticamente destruindo o BCP, e finalmente acabou no Novo Banco”, acrescentou.

O deputado lamenta que, “perante estes factos”, “a lealdade a um companheiro de partido” tenha levado o Governo a propor o seu nome para ir gerir os fundos europeus no Banco de Fomento. “Também nos surpreende a forma pouco séria ou, no mínimo leviana, como o Banco de Portugal estuda a idoneidade das pessoas indicadas”, criticou.

Para Duarte Pacheco, não estão sequer em causa “indícios” que surgiram no âmbito da operação “Cartão Vermelho”, mas “casos reais que lesaram o Estado e o sistema financeiro em muitos milhões de euros e estão comprovados”. “Quando o Banco de Portugal diz agora que vai avaliar por causa destes indícios, então e o resto não contou, o passado não contou? É uma vergonha”, acusou.

Na segunda-feira, o PSD, em requerimento, solicitou “esclarecimentos detalhados” sobre decisões que tiveram a intervenção de Vítor Fernandes em relação a todos “os processos onde interveio, direta ou indiretamente, formalmente ou informalmente, o antigo administrador” do Novo Banco, no âmbito das “reestruturações ou alienação de créditos de grandes devedores” da instituição, “em especial os abrangidos pelo mecanismo de capital contingente”.

MATRIZ DE RISCO ATUAL É “LENTA E OBSOLETA”



O PSD quer que o Governo altere a matriz de risco relativa à pandemia de covid-19, adotando como indicador a incidência média a sete dias e não a 14, e que considere também a cobertura da vacinação, a taxa de positividade e o número de casos sem ligação epidemiológica.

Em requerimento à ministra da Saúde, dia 7 de julho, o PSD propõe que o Governo adote “como indicador da matriz de risco que serve de base ao anúncio público semanal da tomada de decisões de combate à pandemia a incidência média a sete dias, substituindo-o pelo atual indicador de incidência média a 14 dias”.

O PSD insta também o Governo a criar “fatores de ponderação, com base científica, relativamente a outros indicadores” como “cobertura vacinal, taxa de positividade e número de casos sem ligação epidemiológica, por concelho ou, no limite, por região, e que tenham impacto direto e objetivo no cálculo do risco obtido pela matriz”.

Os deputados do PSD exortam ainda a ministra da Saúde a atuar “de forma rápida em resposta à informação existente, tentando antecipar, através do rastreamento, e de forma preventiva, a limitação da propagação”. “A média de incidência a 14 dias utilizada é o indicador utilizado pelo Centro Europeu de prevenção e Controlo de Doenças (ECDC), mas apenas para efeitos de comparação entre a situação epidemiológica dos vários Estados-membros. Não é, contudo, nada recomendável do ponto de vista do apoio à tomada de decisão, na medida em que introduz uma linha de atraso muito grande”, refere o PSD.

Os deputados do PSD entendem que “o indicador de incidência da média a sete dias (...) é o mais adequado para permitir a análise de um cenário muito aproximado do real e uma consequente reação rápida do ponto de vista da tomada de decisão” e salienta que “tanto

mais que, nas últimas semanas, o Governo tem atualizado o quadro de medidas relativas ao combate à pandemia semanalmente, pelo que não é plausível que o faça com base em dados já desatualizados, podendo decidir com informação mais atual”.

O PSD assinala também que os contributos dados por especialistas ouvidos pelo Parlamento apontam para que o índice de incidência a 14 dias “está neste momento a prover uma informação lenta, obsoleta e que acaba por se transformar inútil e enganadora”.

Os parlamentares sociais-democratas defendem ainda que “existem outros indicadores que devem ser ponderados, na medida em que têm impacto no nível de risco local e regional e, consequentemente, devem ser alvo de diferentes medidas de ação política”.

O PSD recomenda ao Governo que:

- *Adote como indicador da matriz de risco que serve de base ao anúncio público semanal da tomada de decisões de combate à pandemia a incidência média a 7 dias, substituindo-o pelo atual indicador de incidência média a 14 dias.*
- *Crie fatores de ponderação, com base científica, relativamente a outros indicadores, a saber, cobertura vacinal, taxa de positividade e número de casos sem ligação epidemiológica, por concelho ou, no limite, por região, e que tenham impacto direto e objetivo no cálculo do risco obtido pela matriz.*
- *Atue de forma rápida em resposta à informação existente, tentando antecipar, através do rastreamento, e de forma preventiva, a limitação da propagação.*

PSD QUER ACELERAR VACINAÇÃO NA COMUNIDADE IMIGRANTE

O PSD recomenda ao Governo uma maior divulgação, junto das comunidades imigrantes, da plataforma de vacinação contra a covid-19, para estrangeiros sem cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Através de um projeto de resolução, os deputados social-democratas salientam que o Governo criou, em março, “uma plataforma para estrangeiros sem cartão de utente, disponível em <https://servicos.min-saude.pt/covid19/vacinacao-nao-utente>, possibilitando aos estrangeiros não utentes do SNS, mas que preencham as condições gerais para a vacinação, designadamente no que se refere a idade e residência, inscreverem-se para a vacinação contra a covid-19”.

“Ainda segundo informação do Governo, a referida plataforma conta com a inscrição de cerca de 30 mil estrangeiros, dos quais sete mil terão sido convocados para a vacinação. Verdade é que, no início deste mês de julho, eram apenas 150 mil os estrangeiros vacinados no nosso País, desconhecendo-se quantos daqueles estão ou não inscritos como utentes do SNS ou têm a sua situação legal regularizada”, lê-se.

O PSD considera que “para esta baixa taxa de vacinação de estrangeiros não será de excluir que possa concorrer algum défice de informação entre as comunidades de imigrantes residentes no nosso País, desde o desconhecimento da existência da plataforma para estrangeiros sem cartão de utente até a dificuldades no próprio processo de inscrição nessa plataforma”.



Quando se assiste ao recrudescimento da ocorrência de novos casos, principalmente decorrentes da disseminação da variante Delta de SARS-COV-2, os deputados social-democratas entendem que é “urgente assegurar a vacinação universal do País contra a covid-19 e estando consciente das dificuldades que muitos imigrantes experimentam nesse processo – como o evidenciam as inúmeras queixas apresentadas por causa de vacinação” –, pelo que “importa que o Governo facilite o acesso dos estrangeiros que entre nós vivem aos meios que lhes permitam uma rápida vacinação”.

O PSD recomenda ao Governo que:

1. Promova uma maior divulgação, junto das comunidades imigrantes, da plataforma de vacinação contra a covid-19, para estrangeiros sem cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde (SNS).
2. Envolve as associações de imigrantes no apoio à divulgação da plataforma de vacinação contra a covid-19, para estrangeiros sem cartão de utente do SNS.

IMIGRANTES IRREGULARES

“GOVERNO RECUA E JÁ NÃO VAI COLOCAR PESSOAS INOCENTES NUMA PRISÃO”



O PSD saudou, na quinta-feira, o recuo do Governo no plano de reconversão da ala sul da prisão de Caxias para instalar imigrantes em situação irregular, uma intenção que desde logo criticou. Mas deixa um alerta para que se evite uma nova “trapalhada”: a utilização de verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a criação dos novos centros de detenção, quando já existe financiamento próprio para esse fim.

Duarte Marques assinalou que “o Governo recua e já não vai colocar pessoas inocentes numa prisão”, considerando “uma intenção positiva” o anúncio de que vão ser criados e reabilitados cinco novos centros de instalação temporária (CIT) para estrangeiros que chegam ao território nacional em situação de emergência. No entanto, avisa, “não faz sentido que o Governo vá retirar dinheiro da bazuca europeia para financiar uma coisa que já tem financiamento próprio” e que até agora não foi executado.

“O que queremos evitar é que a solução seja também uma trapalhada: dizer que se vai usar o dinheiro da bazuca para financiar os centros de detenção é um disparate porque o Governo já tem no Orçamento do MAI - no que diz respeito aos assuntos internos em matéria de fundos comunitários - cerca de 10 milhões de euros que só podem ser usados para este fim, para criar centros de detenção temporários”, sublinhou o deputado social-democrata.

“O PSD já ajudou a corrigir o primeiro disparate e estamos aqui a denunciar o segundo para evitar que o país desperdice dinheiro numa coisa para a qual já tem financiamento europeu”, realçou Duarte Marques.

EXTINÇÃO DO SEF RESULTA DA “AUSÊNCIA DE DEBATE E ARROGÂNCIA” DE EDUARDO CABRITA



Com o Governo a pretender extinguir o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o PSD apresentou um Projeto de Lei “radicalmente oposto” e que visa reforçar a posição do SEF. Na apresentação do diploma do PSD, André Coelho Lima recordou que este tipo de alterações em matéria de soberania “exigem políticos e governantes com sentido de responsabilidade”, bem como uma consensualização. Contudo, lamenta do deputado, “o Governo e em particular o Ministro da Administração Interna preferiu, como sempre prefere, a imposição, a ausência de debate e a arrogância”.

Em relação às propostas em debate, o deputado e Vice-Presidente do PSD referiu que enquanto o Governo propõe a extinção do SEF, o PSD defende o reforço da posição do SEF. “O Governo propõe esvaziar do SEF das suas competências policiais, o PSD propõe classificar o SEF como força de segurança. O Governo, ao arripio de tudo o que aconselham as boas-práticas ao nível de segurança interna, propõe-se aplicar o princípio da territorialidade para definir competências das forças policiais, o PSD propõe o princípio da especialização. É, por isso, uma diferença total, uma visão completamente oposta”, assinala o social-democrata.

André Coelho Lima confrontou ainda o Ministro Eduardo Cabrita com um estudo, elaborado pelos serviços do Parlamento, que demonstra que todos os países mantêm uma especialização clara entre serviços de imigração, asilo e competência fronteiriças. “Todos os países praticam a especialização, mas o Governo pretende desfazer uma força altamente especializada pela distribuição das suas competências por forças de segurança de âmbito genérico”, lamentou.

A terminar, Coelho Lima frisou que o PSD vai lutar por um sistema que não prescindia de um órgão especializado em fronteiras e imigração, que desenvolva especiais conhecimento para cobrir uma área com uma necessidade de atuação crescente e que saiba como devem ser acolhidos aqueles que chegam ao nosso país em busca de trabalho ou asilo.



CONSTRUÇÃO DE CENTRO ONCOLÓGICO DE VISEU É UM “MISTÉRIO”



Os deputados sociais-democratas eleitos pelo círculo de Viseu consideram que há um “mistério” à volta do centro oncológico de Viseu, tendo em conta o silêncio da ministra da Saúde, e questionaram o Governo sobre este caso.

“Na audição regimental realizada no dia 7 de julho, a senhora ministra foi confrontada com um conjunto de perguntas relativas ao processo de construção do centro oncológico de Viseu e, perante o silêncio comprometedor da senhora ministra e dos restantes membros do Governo, somos levados a crer que não há articulação com o conselho de administração do Centro Hospitalar Tondela-Viseu” (CHTV), divulgou o deputado Pedro Alves.

O confronto, explicou, resultou de reuniões efetuadas pelos deputados do PSD, eleitos pelo círculo eleitoral de Viseu, com o conselho de administração do CHTV e na sequência de anúncio e compromisso públicos assumidos pela administração que, no primeiro trimestre de 2023, o investimento já estaria concluído.

“Perante o meu confronto e o silêncio obtido na audição parlamentar, enviamos as questões para melhor esclarecimento das populações, utentes e profissionais de saúde, deste mistério à volta do centro oncológico de Viseu”, justificou o deputado.

Neste sentido, o PSD questiona que “informação e garantia” a ministra da Saúde “pode transmitir sobre o calendário assumido pelo Conselho de Administração (CA) do Centro Hospitalar Tondela Viseu (CHTV) para a realização do investimento?” “Tem conhecimento desta iniciativa do CA e concorda com o modelo proposto? Quais as fontes de financiamento previstas e que garantias há de compromisso do Governo?”, pergunta ainda.

Os deputados também querem saber o “porquê [de] avançar agora, quando em fevereiro de 2020 informou o parlamento, em audição regimental, que nesta legislatura não havia condições para realizar este investimento”.

“Tal como se comprovou com o voto contra do Partido Socialista à proposta apresentada pelo PSD por ocasião de aprovação do OE2021 [Orçamento de Estado para 2021]. Afinal a que se deve tão oportuna mudança? Afirmou também que um dos problemas que existia para a viabilidade do projeto anterior (2017) se prendia com a qualificação dos recursos humanos. Já tem garantidos os recursos humanos capacitados para corresponder as necessidades do novo projeto?”, acrescentam.

Outro aspeto que os deputados querem ver esclarecido, refere o documento, “é relativo à construção de um novo edifício para o departamento de psiquiatria e saúde mental no CHTV” e, para isso, “qual o valor previsto para o efeito, no âmbito do PRR, e que compromisso está assumido plano de atividades e orçamento dos Ministérios da Saúde e Finanças que garantam a execução da obra?”.

O conselho de administração do CHTV anunciou, no dia 29 de junho, que estava concluído o projeto, que tinha sido alvo de alterações, tal como tinha ficado assumido com a ministra da Coesão Territorial, em dezembro de 2020, de apresentar o projeto em meio ano para que ainda houvesse oportunidade de uma candidatura aos fundos europeus.

REDUÇÃO DE IMPOSTOS E TARIFA AÇORES “NÃO TERIAM ACONTECIDO” COM O PS



O presidente do PSD/Açores afirmou que a redução dos impostos e do preço das passagens aéreas inter-ilhas executada pelo atual Governo Regional “não aconteceria” com o Partido Socialista, o que demonstra uma “diferença” entre a atual governação e a anterior.

“O PSD, o CDS-PP, o PPM, o Chega e a Iniciativa Liberal formaram uma maioria política parlamentar para que, com esta governação, houvesse uma diminuição da carga fiscal e os açorianos pagassem menos impostos. Mas isso não é apenas uma bandeira. É uma diferença. É que com o Partido Socialista isso não aconteceria. [Os socialistas] manifestaram-se contra esta medida”, disse José Manuel Bolieiro, dia 5, na abertura das jornadas parlamentares do partido, que decorreram em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira.

O líder dos social-democratas açorianos recordou igualmente que a instituição de um preço máximo de 60 euros nas ligações aéreas inter-ilhas (‘Tarifa Açores’) foi fortemente contestada pelo Partido Socialista na campanha eleitoral.

“A ‘Tarifa Açores’, em debate eleitoral, foi criticada pelo PS, que disse ser mal estudada, que não teria aplicação e que não resolvia nenhum problema. Esta era visão do Partido Socialista, que não aceitaria um preço limite de 60 euros [nas ligações inter-ilhas] a pagar pelos açorianos”, frisou

Segundo José Manuel Bolieiro, a redução do preço das passagens aéreas inter-ilhas feita pelo atual Governo Regional “nunca existiria com o Partido Socialista”.

“Com este Governo [a redução do preço das passagens aéreas] é uma realidade. Com um governo do Partido Socialista não existiria ‘Tarifa Açores’. Esta é mais uma diferença”, sublinhou.

O presidente do PSD/Açores e chefe do Governo Regional salientou que a redução dos impostos e do preço das passagens aéreas inter-ilhas são apenas alguns exemplos de que o atual Executivo “está a fazer coisas diferentes e disruptivas”.

“Estas medidas foram aplicadas no prazo com que nos comprometemos. Não houve atraso entre o prometido,

com um cansaço de espera desesperante, e a aplicação. A diminuição dos impostos e as passagens inter-ilhas a 60 euros foram aplicadas no tempo certo”, referiu.

José Manuel Bolieiro destacou também que o atual Governo Regional está a levar a cabo um “combate progressivo à precariedade laboral”, através de “vínculos estáveis” para os funcionários da administração pública regional cujas tarefas correspondam a “necessidades efetivas e permanentes”.

“Definimos como prioritárias as áreas da Educação e da Saúde no combate à precariedade laboral. Nos governos que nos antecederam a precariedade era uma prevalência. Com este Governo estamos a eliminar, de forma progressiva, os vínculos precários, substituindo-os por vínculos de estabilidade laboral nas áreas com necessidades permanentes e efetivas”, afirmou.

Para o líder dos social-democratas açorianos, a estabilidade laboral “é fundamental para garantir felicidade aos profissionais e às suas famílias”.

É UMA “OBRIGAÇÃO” DO GOVERNO DA REPÚBLICA REVER ACORDO DA BASE DAS LAJES



Paulo Moniz considera uma “obrigação” do Governo da República rever o acordo entre Portugal e os Estados Unidos para a cedência da Base das Lajes, na ilha Terceira, Açores.

“É obrigação deste governo rever o acordo [da Base das Lajes], até porque, passada a presidência portuguesa [da União Europeia], já não se poderá refugiar no princípio da neutralidade para não avançar com a revisão”, afirmou o deputado do PSD na Assembleia da República, dia 8.

Paulo Moniz, eleito pelo círculo dos Açores, defende que a revisão do acordo da Base das Lajes é “fundamental tanto para a região como para Portugal no âmbito da disputa atlântica em curso”, devendo o governo liderado por António Costa “dizer se a vai ou não executar”.

“O [oceano] Atlântico é hoje palco de uma disputa muito grande, em que os principais ‘players’ mundiais, entre eles a China, batalham pelo espaço geográfico e estratégico do ponto de vista económico e militar”, assinalou Paulo Moniz.

O parlamentar lembrou que o acordo da base das Lajes é de 1995, sendo que, desde esse ano, o “mundo mudou, os desafios são outros, as exigências de vigilância, de tecnologia e de acompanhamento são diferentes”.

O comunicado de imprensa do PSD/Açores acrescenta que o acordo da Base das Lajes é “profundamente desequilibrado” para o arquipélago açoriano, porque “nunca foram devidamente contabilizadas as facilidades militares aos norte-americanos”, além do “passivo ambiental” provocado pela presença americana na ilha Terceira.

Em 22 de junho de 2021, o vice-presidente do Governo Regional dos Açores, Artur Lima, disse que a contaminação dos solos na ilha Terceira, devido à base militar das Lajes, “pio-rou consideravelmente”, exigindo “avanços significativos” na descontaminação.

Portugal e os Estados Unidos assinaram, em Lisboa, em 1995, o Acordo de Cooperação e Defesa, que inclui também o acordo técnico, que regulamenta a utilização da Base das Lajes e outras instalações militares portuguesas, e o acordo laboral, que regula a contratação de trabalhadores nacionais na base açoriana. Foi criada ao abrigo do Acordo a Comissão Bilateral Permanente, com a missão de promover a sua execução e a cooperação entre os dois países.

CONSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO ACORDO BILATERAL EUA-PORTUGAL

Entretanto, o grupo parlamentar do PSD defendeu a constituição de um grupo de trabalho no âmbito da Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, com o objetivo de acompanhar a execução do acordo bilateral EUA-Portugal, a propósito da Base das Lajes.

Em requerimento, os deputados do PSD defendem que o “tema da Base das Lajes continua a ser um tema atual com uma importante dimensão económica, social e ambiental”. O processo de descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira é uma das matérias mais sensíveis em cima da mesa.

“Consideramos muito importante todos os avanços que já foram feitos em várias matérias assim como o bom entendimento entre os dois países. No entanto, devido à importância deste dossiê, consideramos que estaríamos a contribuir de forma mais ativa para que esta relação não se mantivesse desequilibrada, com evidentes impactos económicos, sociais e ambientais para a ilha Terceira. Por isso, seria uma mais valia poder acompanhar todo este processo, fazendo uma monitorização constante da execução do acordo bilateral EUA-Portugal, a propósito da Base das Lajes”, concluem os deputados.

PSD/MADEIRA DEFENDE “PRESSÃO INTERNACIONAL” PARA RESOLVER SITUAÇÃO NA VENEZUELA



A situação na Venezuela “continua a piorar” e “o mundo não pode ficar em silêncio”, afirmou o deputado madeirense do PSD Carlos Fernandes, defendendo maior “pressão internacional” para garantir a realização de eleições livres naquele país.

“A situação na Venezuela continua a piorar e é importante continuar a acompanhar”, afirmou Carlos Fernandes, numa intervenção no plenário da Assembleia Legislativa da Madeira, no Funchal, dia 13.

O parlamentar social-democrata sustentou que “sem criar mais pressão internacional é impossível realizar eleições livres” no país.

O deputado lusodescendente referiu, em relação ao episódio verificado na segunda-feira, que envolveu “o presi-

dente legítimo da Venezuela, Juan Guaidó”, cuja casa foi invadida por “forças da ditadura chavista”, que “se não fosse a coragem dos vizinhos e os jornalistas que acorreram ao local, [Guaidó] teria sido detido”.

Carlos Fernandes sublinhou que “o mundo não pode ficar em silêncio e Portugal tem um compromisso para com a democracia” na Venezuela, onde reside uma comunidade de mais de 400 mil portugueses.

Na opinião de Carlos Fernandes, no atual contexto, “a simples solidariedade não basta”, sendo preciso “maior pressão junto do Governo português, junto dos eurodeputados e da União Europeia”.

O deputado do PSD/Madeira declarou ter ficado “triste e

envergonhado com a presidência portuguesa da União Europeia”, considerando que “não ajudou em nada” e “podia ter feito mais, mas foi mais fácil escolher o caminho da covardia e do silêncio” em relação à situação da Venezuela.

O líder parlamentar da maioria social-democrata na Assembleia da Madeira, Jaime Filipe Ramos, acrescentou que “Portugal tem sido pouco ambicioso e conivente” com a situação naquele país

Considerando ser necessário “mais do que receber e acolher” os emigrantes naquele país que decidem regressar devido à situação, o responsável da bancada da maioria no parlamento madeirense reforçou ser preciso “exigir que Portugal tenha uma ação mais concreta e enérgica”.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, para o próximo dia 22 de julho (quinta-feira) pelas 21H00 na Sede sita na Rua da Liberdade n.º 38 A em Almada com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1- Informações;
- 2- Apresentação, Discussão e votação do Programa às Eleições Autárquicas 2021;
- 3- Apresentação, Discussão e Votação do parecer sobre as listas de candidatas Às Eleições Autárquicas 2021;
- 4- Análise da Situação Político-Partidária.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Cascais para o dia 21 de Julho (quarta-feira) de 2021, pelas 21H30, a qual excepcionalmente e por força da atual situação epidemiológica irá decorrer em Plataforma de Videoconferência ZOOM com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único:

1. parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais e aprovação do Programa Eleitoral, sob proposta da Comissão Política da Secção, competências a que se refere a alínea f) do nº 2 do Artigo 53º dos Estatutos

Entrar na reunião Zoom

<https://us02web.zoom.us/j/9749802020?pwd=aEZRaGJKTTFCVcGZJT1IRMjdBYmx1Zz09>

ID da reunião: 974 980 2020

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Entroncamento para o dia 22 de julho (quinta-feira) de 2021, pelas 20H30, a qual excepcionalmente, por força das medidas para o combate à pandemia Covid-19, irá decorrer em plataforma de videoconferência eletrónica, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais e aprovar o Programa Eleitoral, sob proposta da Comissão Política, nos termos do artigo 53º, nº. 2, alínea f) dos Estatutos do PSD;
3. Análise da situação política.

Nota: Para o devido efeito, os militantes que desejarem participar poderão fazê-lo através da plataforma eletrónica, sendo o acesso facultado aos militantes devidamente identificados (indicar o nome, número de militante e cartão ou BI/CC) que previamente enviarem email a solicitar o respetivo link de acesso, respetivamente para o email psdentroncamento@gmail.com

Se às 20H30, não estiverem ligados à plataforma a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia iniciar-se-á decorridos trinta minutos, com o número de militantes presentes.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção da Lourinhã, para reunir no dia 31 de Julho (sábado), pelas 21H00, por Videoconferência com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise e discussão do Acórdão nº 2/Julho/2021 emanado do Conselho de Jurisdição Nacional,
2. Emissão de parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autárquicas Locais de acordo com o estipulado na alínea f) do artº 53, secção II dos Estatutos Nacionais do PSD;
3. Reflexão e tomada de posição sobre a condução do processo autárquico na Lourinhã, da responsabilidade do CPD Oeste.

A Mesa fará chegar aos militantes por via de correio eletrónico o respetivo Link para acesso à Assembleia de militantes. Se à hora marcada não estiverem presentes o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum, a reunião terá início trinta minutos mais tarde, com qualquer número de participantes.

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes para participar na Assembleia de Secção do Marco de Canaveses, a reunir no dia 24 de Julho (sábado) de 2021, pelas 17H30, na Sede da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles sita na Rua Adolfo Magalhães Campos, 15, Vila Boa de Quires e Maureles, no Concelho de Marco de Canaveses, com a seguinte:

OEDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Eleições autárquicas 2021: Apresentação dos cabeças de lista e programa eleitoral;
3. Análise da situação política.

Nota: A reunião será realizada de acordo com as normas sanitárias emitidas pela DGS, sendo obrigatório o uso de máscara e respeitado o distanciamento social.

SABROSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Sabrosa para reunir no próximo dia 31 de Julho de 2021 (sábado), pelas 18:H00 na Sede Concelhia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Eleições Autárquicas 2021;
3. Outros assuntos.

Apresentação, discussão e votação do parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, sob proposta da Comissão Política de Secção nos termos do artigo 53º, nº 2 f), dos Estatutos do Partido Social Democrata;

Apresentação, discussão e votação do Programa Eleitoral, sob proposta da Comissão Política de Secção nos termos do artigo 53º, nº 2 f), dos Estatutos do Partido Social Democrata;

Notas: Apresentação, discussão e votação do parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais far-se-á a apresentação de todos os elementos candidatos que constituem a totalidade das listas candidatas aos vários órgãos autárquicos.

Numa primeira fase, apenas foi apresentado o primeiro candidato à Câmara Municipal.

A Assembleia decorrerá de acordo com as recomendações das Autoridades de Saúde, sendo obrigatório o uso de máscara, distanciamento social exigido e demais obrigações

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



LOUSÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da Lousã, para reunir no próximo dia 14 de Agosto de 2021, pelas 14 horas, na sede da JSD da Lousã, sita no Centro Comercial Tivoli, Loja 21AV, Lousã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Lousã:

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem a substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá na sede da JSD da Lousã, sita no Centro Comercial Tivoli, Loja 21AV, Lousã.

As urnas estarão abertas das 14h00m às 16 horas.